

**EDUCAÇÃO  
SOCIOAMBIENTAL CRÍTICA,  
ENSINO DAS CIÊNCIAS  
AMBIENTAIS, DIREITO À  
CIDADE E ALFABETIZAÇÃO  
URBANÍSTICA: UMA  
SEQUÊNCIA DIDÁTICA  
PARA O ENSINO MÉDIO  
ACERCA DA IDEOLOGIA DA  
“CIDADE VERDE” EM  
MARINGÁ-PR**

**CRITICAL SOCIO-ENVIRONMENTAL EDUCATION, ENVIRONMENTAL  
SCIENCES TEACHING, RIGHT TO THE CITY AND URBAN LITERACY: A  
DIDACTIC SEQUENCE FOR HIGH SCHOOL REGARDING THE IDEOLOGY OF  
THE “GREEN CITY” IN MARINGÁ-PR**

Andréia Santos Correia Almeida da Silva<sup>1</sup>

Felipe Fontana<sup>2</sup>

---

## RESUMO

A urbanização contemporânea, marcada pelo neoliberalismo e pela mercantilização do espaço urbano, intensificou processos de *city marketing* e produção ideológica das cidades. Nesse contexto, a pesquisa analisa o discurso da “Cidade Verde” em Maringá/PR e suas implicações socioambientais e pedagógicas. Vinculado à dissertação de mestrado intitulada *Maringá-PR e o seu discurso de “Cidade Verde”: desconstruindo propagandas em prol de uma prática mais sustentável mediada pelo ensino das ciências ambientais*, desenvolvida no âmbito do PROFCIAMB/UEM, o estudo busca compreender como discursos de sustentabilidade podem ocultar desigualdades socioespaciais e fortalecer estratégias de valorização territorial. O objetivo consistiu em analisar os resultados pedagógicos da aplicação de uma sequência didática voltada à alfabetização urbanística e à educação socioambiental crítica junto a estudantes do Ensino Médio. A investigação caracterizou-se como qualitativa, bibliográfica, documental e de intervenção pedagógica, articulando revisão teórica, análise de materiais publicitários e aplicação de sequência didática interdisciplinar. Os resultados demonstraram ampliação da compreensão dos estudantes acerca das relações entre urbanização, segregação socioespacial, especulação imobiliária e desigualdade social, favorecendo a leitura crítica da ideologia da “Cidade Verde” e da cidade enquanto espaço produzido por disputas econômicas, políticas e simbólicas. A pesquisa contribui para o fortalecimento da educação socioambiental crítica e da formação cidadã no ensino das Ciências Ambientais.

**Palavras-chave:** Segregação Socioespacial; Marketing Urbano; Pedagogia Emancipatória; Interdisciplinaridade; Formação Cidadã; Discurso de Sustentabilidade.

## **ABSTRACT**

Contemporary urbanization, marked by neoliberalism and the commodification of urban space, has intensified processes of city marketing and the ideological production of cities. In this context, the research analyzes the discourse of the “Green City” in Maringá/PR and its socio-environmental and pedagogical implications. Linked to the master’s dissertation entitled *Maringá-PR and its “Green City” discourse: deconstructing advertisements in favor of a more sustainable practice mediated by the teaching of environmental sciences*, developed within PROFCIAMB/UEM, the study seeks to understand how sustainability discourses may conceal sociospatial inequalities and strengthen territorial valorization strategies. The main objective was to analyze the pedagogical results of implementing a didactic sequence focused on urban literacy and critical socio-environmental education among high school students. The investigation was characterized as qualitative, bibliographical, documentary, and based on pedagogical intervention, articulating theoretical review, analysis of advertising materials, and the application of an interdisciplinary didactic sequence. The results demonstrated an expansion in students’ understanding of the relationships between urbanization, sociospatial segregation, real estate speculation, and social inequality, fostering a critical reading of the ideology of the “Green City” and of the city as a space produced through economic, political, and symbolic disputes. The research contributes to strengthening critical socio-environmental education and citizenship formation within Environmental Sciences education.

**Keywords:** Sociospatial segregation; Urban marketing; Emancipatory pedagogy; Interdisciplinarity; Citizenship formation; Sustainability discourse.

## 1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a urbanização contemporânea passou a ser influenciada pelas dinâmicas do capitalismo neoliberal e pelos processos de financeirização do espaço urbano, consolidando um modelo de cidade orientado pela lógica da competitividade, do empreendedorismo urbano e da mercantilização territorial. Nesse contexto, as cidades deixaram de ser concebidas como espaços de realização da vida coletiva e de garantia de direitos sociais, tornando-se, cada vez mais, objetos estratégicos de valorização econômica, marketing territorial e atração de investimentos. Conforme David Harvey (2014), a partir da crise estrutural do capitalismo ocorrida na década de 1970, o urbanismo passou a ser reorganizado segundo os imperativos da acumulação flexível, fortalecendo práticas de gestão urbana fundamentadas na competitividade interurbana, na espetacularização da paisagem e na subordinação das políticas públicas aos interesses do capital imobiliário e financeiro.

Tal processo impulsionou a consolidação do empreendedorismo urbano, conceito discutido por Carlos Vainer (2022), segundo o qual as cidades passam a ser administradas como empresas, subordinadas à lógica do mercado e da eficiência econômica. Nesse modelo, a produção de imagens urbanas positivas torna-se elemento central das estratégias de planejamento, especialmente por meio do *city marketing* e da construção simbólica de identidades territoriais capazes de ampliar a atratividade econômica dos municípios. Em consequência, discursos relacionados à sustentabilidade ambiental, à inovação tecnológica e à qualidade de vida passam a ocupar posição privilegiada nas narrativas institucionais, frequentemente desvinculados das contradições vivenciadas pelas populações urbanas.

Nesse cenário, a sustentabilidade deixa de representar um compromisso ambiental e passa a constituir, muitas vezes, um dispositivo ideológico incorporado às estratégias de valorização territorial. Como apontam Henri Lefebvre (2004), Henri Acselrad (1999) e Ermínia Maricato (2002; 2003; 2007), a produção desigual do espaço urbano tende a ser obscurecida por discursos hegemônicos que naturalizam as desigualdades socioespaciais e silenciam os conflitos inerentes à urbanização capitalista. Deste modo, a cidade transforma-se em mercadoria, marca e espetáculo, enquanto as contradições sociais e ambientais permanecem invisibilizadas sob imagens idealizadas de progresso, modernidade e sustentabilidade.

É nesse contexto que se insere Maringá/PR, cuja imagem de “Cidade Verde” consolidou-se historicamente como um dos principais elementos de sua identidade urbana e de sua projeção regional e nacional. Desde sua fundação, vinculada ao projeto modernizador da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, Maringá/PR foi concebida segundo princípios do urbanismo moderno e das cidades-jardim europeias, incorporando amplas áreas arborizadas, avenidas planejadas e forte valorização estética da paisagem urbana. Ao longo das décadas, tais características foram apropriadas por estratégias de marketing urbano que passaram a promover a cidade como exemplo de sustentabilidade, planejamento e qualidade de vida.

Todavia, embora Maringá/PR apresente indicadores urbanístico-ambientais utilizados para legitimar sua imagem de “Cidade Verde”, estudos têm evidenciado profundas contradições socioespaciais em seu processo de urbanização. Pesquisas desenvolvidas por autores como Ana Lúcia Rodrigues (2004a; 2004b), Gabriel Henrique Sorato (2021) e investigações vinculadas ao Observatório das Metrôpoles

(Rodrigues; Souza, 2018).demonstram que a distribuição dos recursos urbanos e ambientais ocorre de forma desigual, favorecendo determinados setores da cidade em detrimento de outros. A valorização seletiva das áreas verdes, a expansão imobiliária orientada pelo capital privado, os processos de segregação socioespacial e a marginalização de populações periféricas revelam que a sustentabilidade difundida pelo discurso oficial não se materializa de forma equitativa para a totalidade da população.

Nesse sentido, a ideologia da “Cidade Verde” pode ser compreendida como uma construção simbólica articulada ao empreendedorismo urbano e às dinâmicas contemporâneas do urbanismo neoliberal. Para Sorato (2021), o discurso ambiental em Maringá passou a operar como instrumento estratégico de *city marketing*, projetando a cidade como território globalmente competitivo e ambientalmente qualificado, ao mesmo tempo em que obscurece desigualdades estruturais e conflitos urbanos. A imagem da cidade sustentável converte-se, portanto, em ativo político e econômico, contribuindo para a valorização fundiária e para a reprodução de interesses vinculados ao mercado imobiliário.

Entretanto, as implicações desse processo ultrapassam o campo do urbanismo e atingem diretamente as práticas educativas e a formação cidadã. A naturalização das narrativas hegemônicas acerca da cidade dificulta o desenvolvimento de uma leitura crítica da realidade urbana, sobretudo entre estudantes da educação básica, que frequentemente recebem abordagens superficiais e despolitizadas sobre questões ambientais e urbanas. Tal problemática evidencia a fragilidade de práticas tradicionais de educação ambiental que, em muitos casos, restringem-se à preservação ecológica abstrata, desvinculada das disputas

territoriais, das desigualdades sociais e da produção histórica do espaço urbano.

Diante disso, torna-se fundamental fortalecer propostas pedagógicas capazes de articular as Ciências Ambientais às Ciências Humanas, promovendo uma educação socioambiental crítica comprometida com a formação cidadã, com o direito à cidade e com a alfabetização urbanística. Segundo Paulo Freire (1987; 1996), a educação crítica deve possibilitar aos sujeitos a leitura do mundo para além da leitura da palavra, permitindo compreender as contradições sociais que estruturam a realidade. Nessa perspectiva, a alfabetização urbanística, conceito discutido por Ermínia Maricato (2002), emerge como elemento essencial para a formação de sujeitos capazes de interpretar as dinâmicas urbanas, reconhecer desigualdades socioespaciais e reivindicar o direito à cidade. A partir dessa compreensão, o Ensino das Ciências Ambientais assume importante papel na problematização das relações entre urbanização, sustentabilidade e justiça socioambiental. A contextualização crítica de fenômenos locais possibilita que os estudantes compreendam o espaço urbano como construção histórica, política e social, marcada por disputas, interesses e contradições. Nesse sentido, a cidade deixa de ser percebida apenas como cenário naturalizado do cotidiano e passa a ser entendida como produto das relações sociais e econômicas que estruturam o território.

É nesse enquadramento que se insere a presente trabalho que, por sua vez, deriva da dissertação intitulada *Maringá-PR e o seu discurso de "Cidade Verde": desconstruindo propagandas em prol de uma prática mais sustentável mediada pelo ensino das ciências ambientais*, desenvolvida por Andréia Santos Correia Almeida da

Silva no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Rede Nacional para Ensino das Ciências Ambientais da Universidade Estadual de Maringá (PROFCIAMB/UEM), sob orientação de Felipe Fontana (Silva, 2026).

Diferentemente da dissertação, cujo foco ampliou-se para a análise da ideologia da “Cidade Verde” e das contradições socioambientais presentes no processo de urbanização maringaense, este artigo volta-se especificamente à dimensão pedagógica da investigação, enfatizando a construção, aplicação e análise do produto educacional desenvolvido durante a pesquisa. Trata-se da sequência didática intitulada *Sequência didática: desconstruindo a ideologia de “Cidade Verde” – reflexões sobre o direito à cidade em Maringá/PR realizada entre os estudantes do ensino médio* (Silva, 2025), disponibilizada em repositório educacional aberto na plataforma OER Commons, sob licença *Creative Commons*.

Nesse diapasão, o objetivo central deste artigo consiste em apresentar e analisar os resultados pedagógicos decorrentes da elaboração e aplicação de uma sequência didática voltada à alfabetização urbanística e à educação socioambiental crítica, aplicada junto a estudantes do Ensino Médio do Instituto de Educação Estadual de Maringá/PR (IEEM). Busca-se compreender de que forma práticas pedagógicas contextualizadas podem contribuir para a desconstrução de discursos urbanos hegemônicos, para a ampliação da leitura crítica da realidade socioambiental e para a formação cidadã dos estudantes.

Metodologicamente, a pesquisa caracteriza-se como qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica crítica, análise documental, investigação de materiais publicitários vinculados ao *city marketing*

maringaense e aplicação de sequência didática interdisciplinar. O produto educacional foi estruturado a partir de referenciais da educação crítica, da pedagogia histórico-crítica e das metodologias ativas, articulando contribuições de autores como Paulo Freire (1987; 1996), João Luiz Gasparin (2005) e Antoni Zabala (1998). Sua aplicação ocorreu junto a estudantes do 2º ano do Ensino Médio do Instituto de Educação Estadual de Maringá, envolvendo questionários diagnósticos, atividades investigativas, análise de propagandas urbanas, debates, registros fotográficos e produções autorais.

## **2. CIDADE, IDEOLOGIA URBANA E EDUCAÇÃO SOCIOAMBIENTAL CRÍTICA**

A compreensão da cidade contemporânea exige ultrapassar interpretações estritamente técnicas, administrativas ou paisagísticas do espaço urbano. No contexto do capitalismo contemporâneo, o urbano constitui o cenário onde se desenvolvem as relações sociais e, sobretudo, configura-se como produto histórico das dinâmicas de acumulação, das disputas de classe e das estratégias políticas e ideológicas que orientam a produção do território. A cidade é, simultaneamente, materialidade e representação: espaço concreto de circulação do capital e campo simbólico de construção de consensos, identidades e formas de dominação.

Sob essa perspectiva, o espaço urbano é uma dimensão central da reprodução social capitalista. As transformações urbanas, os projetos de revitalização, os discursos sobre sustentabilidade e os mecanismos de planejamento territorial não podem ser analisados como processos neutros ou exclusivamente técnicos, uma vez que expressam interesses econômicos, relações de poder e

racionalidades políticas específicas. A urbanização contemporânea encontra-se, desta forma, articulada à expansão do capital imobiliário e financeiro, à mercantilização da cidade e à consolidação de formas seletivas de acesso aos bens urbanos.

Nesse contexto, o debate urbano converte-se também em questão pedagógica. As desigualdades territoriais, os processos de segregação socioespacial e os discursos hegemônicos sobre desenvolvimento e sustentabilidade não devem permanecer restritos ao campo acadêmico ou institucional: eles precisam ser problematizados no âmbito educacional, notadamente na Educação Básica. A cidade passa, nesse sentido, a ser concebida como espaço educativo, político e ideológico, no qual se produzem representações sociais, mecanismos de invisibilização das desigualdades e formas de naturalização da exclusão urbana.

## **2.1. Produção do Espaço Urbano e Ideologia da “Cidade Verde”**

A produção do espaço urbano, no capitalismo contemporâneo, vincula-se vinculada às estratégias de acumulação e reprodução do capital. Para Harvey (2005a; 2005b; 2014), a cidade converte-se em elemento estratégico da dinâmica capitalista, funcionando simultaneamente como mercadoria, ativo financeiro e mecanismo de absorção dos excedentes econômicos. Nesse processo, o planejamento urbano deixa progressivamente de orientar-se pelo interesse público e passa a incorporar racionalidades empresariais voltadas à competitividade interurbana, à valorização fundiária e à atração de investimentos. Ora, o neoliberalismo transformou as formas de gestão urbana. O chamado “empreendedorismo urbano” substitui o planejamento social por práticas voltadas à promoção mercadológica das cidades, articulando poder público, capital

imobiliário e setor empresarial na construção de imagens urbanas atrativas e competitivas.

Essa interpretação dialoga com as formulações de Lefebvre (2001), para quem o espaço urbano não é neutro: ele socialmente produzido. O autor evidencia que o capitalismo transforma o urbano em mercadoria, subordinando a vida cotidiana às exigências da reprodução do capital. A cidade converte-se em objeto de consumo, especulação e controle, produzindo formas desiguais de apropriação territorial. Nesse sentido, o “direito à cidade” formulado por Lefebvre (2001) ultrapassa a simples garantia de acesso à infraestrutura urbana, correspondendo ao direito coletivo de participar da produção e da transformação do espaço urbano.

No contexto brasileiro, tais contradições assumem características profundas devido à formação histórica periférica e dependente da urbanização nacional. Segundo Maricato (2007), o processo de urbanização brasileiro consolidou-se de maneira desigual, marcado pela segregação socioespacial, pela precarização das periferias urbanas e pela associação estrutural entre Estado, capital imobiliário e elites locais. Ora, o planejamento urbano opera de forma seletiva, concentrando infraestrutura, equipamentos públicos e investimentos nas áreas de interesse econômico, enquanto parcelas significativas da população permanecem privadas do pleno acesso aos direitos urbanos. Essa lógica torna-se evidente na construção das chamadas “cidades-modelo” ou “cidades sustentáveis”. Para Vainer (2002), o *city marketing* constitui um dos principais instrumentos do urbanismo neoliberal contemporâneo. A cidade passa a ser gerida segundo princípios empresariais, orientados pela competitividade, pela eficiência gerencial e pela produção de consensos em torno de uma imagem urbana positiva. Discursos

relacionados à sustentabilidade, à inovação e à qualidade de vida passam a desempenhar função ideológica, ocultando desigualdades estruturais e conflitos territoriais.

Nesse horizonte insere-se a construção simbólica de Maringá enquanto “Cidade Verde”. Ao longo de sua trajetória histórica, o município consolidou uma imagem fortemente associada ao planejamento racional, à arborização urbana e à qualidade ambiental. Essa representação, amplamente difundida por campanhas institucionais, materiais publicitários e discursos oficiais, converteu-se em elemento central da identidade urbana local. Contudo, essa imagem não pode ser compreendida como representação neutra da realidade: ela é uma construção ideológica vinculada às estratégias de valorização territorial e promoção econômica da cidade. Portanto, a ideologia da “Cidade Verde” articula-se às dinâmicas do empreendedorismo urbano e da mercantilização do espaço. O discurso ambiental, nesse contexto, deixa de operar como instrumento de justiça socioambiental e funciona como recurso simbólico de valorização imobiliária e competitividade interurbana. Áreas verdes, parques urbanos e atributos paisagísticos tornam-se ativos incorporados às estratégias de marketing territorial, contribuindo para a valorização seletiva do solo urbano e para a reprodução das desigualdades espaciais.

Tal fenômeno pode ser interpretado à luz das contribuições de Acselrad (1999), que problematiza a noção de sustentabilidade urbana no contexto neoliberal. Para o autor, grande parte dos discursos ambientais contemporâneos foi apropriada pelas racionalidades do mercado, produzindo formas de “sustentabilidade seletiva”, nas quais os benefícios ambientais concentram-se em determinados territórios e grupos sociais, enquanto os impactos

negativos da urbanização recaem sobre populações periféricas e vulnerabilizadas. A questão ambiental deixa, assim, de ser tratada como problema político relacionado à justiça social, convertendo-se em instrumento de legitimação das estratégias de acumulação urbana.

Essa leitura aproxima-se também das reflexões de Milton Santos (2003), para quem a globalização neoliberal produz uma racionalidade urbana profundamente desigual, marcada pela fragmentação territorial e pela coexistência contraditória entre modernização tecnológica e aprofundamento das desigualdades sociais. O autor demonstra que os benefícios do desenvolvimento capitalista se distribuem de maneira assimétrica, produzindo cidades nas quais convivem simultaneamente circuitos superiores e inferiores da economia urbana.

No caso de Maringá/PR, a consolidação da imagem de cidade planejada e sustentável convive com processos históricos de segregação socioespacial, valorização fundiária seletiva e marginalização de municípios periféricos da Região Metropolitana. As áreas ambientalmente valorizadas concentram infraestrutura, investimentos e equipamentos urbanos, enquanto territórios periférico permanecem marcados pela precarização e pela insuficiência de políticas públicas. Desse modo, a sustentabilidade urbana apresenta-se como experiência territorialmente desigual, condicionada pelas dinâmicas de valorização do capital. Nesse sentido, compreender criticamente a ideologia da “Cidade Verde” implica reconhecer que a cidade é produzida concomitantemente em sua dimensão material e simbólica. As representações urbanas difundidas pelo poder público, pelos meios de comunicação e pelo setor imobiliário produzem imaginários sociais capazes de legitimar

projetos espaciais excludentes, naturalizando desigualdades e ocultando conflitos urbanos. A cidade transforma-se, diante disso, em imagem, marca e mercadoria inserida na lógica urbano-capitalista contemporânea.

## **2.2. Questões Socioambientais e Interdisciplinaridade**

A análise crítica das questões socioambientais exige superar interpretações naturalistas ou estritamente ecológicas dos problemas ambientais. Durante longo período, a problemática ambiental foi abordada predominantemente sob perspectivas biologizantes e conservacionistas, centradas na preservação dos recursos naturais e na responsabilização individual dos sujeitos. Contudo, tais abordagens revelam-se insuficientes para compreender as determinações históricas, sociais, econômicas e políticas que estruturam a crise ambiental contemporânea. Nesse sentido, Leff (2011) argumenta que a questão ambiental constitui expressão das contradições produzidas pela racionalidade econômica dominante. A degradação ambiental não pode ser dissociada da lógica capitalista de produção, consumo e apropriação da natureza. A crise ecológica é respectivamente crise social, política e civilizatória, vinculada aos padrões hegemônicos de desenvolvimento e às formas desiguais de acesso aos recursos ambientais. Deste modo, analisar e compreender os problemas ambientais implica analisar as relações entre o capital, o território, o poder e as desigualdade social.

Sob essa perspectiva, torna-se cogente reconhecer a dimensão social das questões urbano-ambientais. Problemas como precarização habitacional, ausência de saneamento básico, segregação territorial, poluição, enchentes e desigualdade no acesso

às áreas verdes, além de serem fenômenos naturais ou técnicos, são expressões concretas da produção desigual do espaço urbano. A problemática ambiental urbana deve, portanto, ser interpretada como questão socioambiental, articulada às dinâmicas de exclusão e às contradições da urbanização capitalista. Essa apreensão exige uma abordagem interdisciplinar capaz de superar a fragmentação do conhecimento científico. De acordo com Kuhn (1997), os paradigmas científicos organizam formas específicas de interpretar a realidade, delimitando objetos, métodos e problemas considerados legítimos em determinado contexto histórico. No entanto, a complexidade das questões socioambientais desafia os limites disciplinares tradicionais, exigindo articulações entre diferentes campos do conhecimento.

Nesse horizonte, as Ciências Humanas assumem papel fundamental no interior das Ciências Ambientais, afinal, possibilitam compreender as dimensões históricas, econômicas, políticas e culturais da crise ambiental contemporânea. As desigualdades socioambientais não podem ser reduzidas a desequilíbrios naturais, uma vez que decorrem de processos estruturais relacionados à produção capitalista do espaço, à concentração fundiária, à lógica de mercado e às formas desiguais de apropriação dos recursos urbanos. E, nessa abordagem, a crítica à fragmentação do conhecimento também encontra respaldo nas contribuições de Löwy (2000), ao defender uma perspectiva crítica e dialética capaz de apreender a totalidade social. Para o autor, os fenômenos ambientais não podem ser analisados isoladamente das relações de classe, das formas de dominação econômica e das racionalidades políticas que estruturam a sociedade contemporânea. A problemática socioambiental exige, portanto, interpretações que

articule natureza, sociedade, economia e cultura em uma perspectiva histórica e crítica.

Metodologicamente, Netto (2011) destaca a importância de superar análises imediatistas da realidade social. Segundo ele, a compreensão crítica dos fenômenos sociais exige ultrapassar as aparências imediatas e apreender as determinações estruturais que produzem as desigualdades. Aplicada ao debate socioambiental, essa perspectiva permite compreender que os problemas urbanos e ambientais não decorrem de falhas individuais ou meramente administrativas: elas expressam contradições inerentes ao modo de produção capitalista.

As contribuições de Fleury et al. (2014) também reforçam a necessidade de abordagens interdisciplinares no campo ambiental. Os autores evidenciam que a complexidade das problemáticas socioambientais demanda articulações entre diferentes saberes, rompendo com modelos reducionistas de interpretação da realidade. A educação ambiental crítica, nesse contexto, deve promover leituras integradas sobre território, cidadania, desigualdade e justiça socioambiental. Sendo assim, a inserção das Ciências Humanas nas Ciências Ambientais é evento fundamental à construção de análises críticas sobre urbanização, sustentabilidade e produção do espaço. A cidade, deste modo, é compreendida como expressão das relações sociais historicamente constituídas. A interdisciplinaridade, nesse sentido, representa uma condição epistemológica para entender a complexidade da realidade urbana contemporânea.

### **2.3. Educação Crítica, Alfabetização Urbanística e Formação Cidadã**

A problematização das contradições urbanas e socioambientais no contexto escolar exige compreender a educação para além de sua dimensão meramente instrucional ou tecnicista. A escola constitui espaço político, cultural e ideológico, no qual se produzem interpretações sobre a realidade social e se disputam projetos de sociedade. Nesse sentido, discutir urbanização, sustentabilidade e direito à cidade no Ensino Médio significa possibilitar aos estudantes compreender os processos históricos e estruturais que produzem as desigualdades urbanas. Desta forma, a pedagogia crítica freireana (Freire, 1987; 1996), trata a educação como prática emancipatória voltada à conscientização dos sujeitos acerca de sua realidade concreta. Para o autor, o processo educativo deve ultrapassar a simples transmissão de conteúdos, promovendo a leitura crítica do mundo e possibilitando aos educandos reconhecerem as relações de poder, dominação e exclusão presentes na sociedade. A cidade, nesse contexto, converte-se em objeto privilegiado de investigação pedagógica, afinal, constitui o espaço cotidiano no qual se materializam as contradições do capitalismo contemporâneo.

A educação socioambiental crítica aproxima-se dessa perspectiva ao compreender que as questões ambientais não podem ser tratadas de forma despolitizada ou comportamentalista. Problemas urbanos e ambientais devem ser analisados a partir de suas determinações sociais, econômicas e políticas, possibilitando aos estudantes desenvolverem consciência crítica acerca das desigualdades territoriais e das formas de apropriação desigual do espaço urbano. Gasparin (2005), ao discutir a pedagogia histórico-crítica, destaca o imperativo de relacionar os conteúdos escolares às contradições concretas da realidade social. O conhecimento precisa ser apresentado de forma concreta e articulado às experiências históricas vividas pelos sujeitos. Nesse sentido, o debate sobre

cidade, urbanização e sustentabilidade no Ensino Médio possibilita aproximar o processo educativo das experiências cotidianas dos estudantes, favorecendo a construção de análises críticas sobre o território em que vivem.

As contribuições de Zabala (1998) reforçam a necessidade de práticas pedagógicas contextualizadas e problematizadoras. Para ele, a aprendizagem é mais significativa quando os conteúdos escolares dialogam com situações reais e socialmente contextualizadas. A análise crítica do espaço urbano, das desigualdades socioambientais e das representações ideológicas da cidade constitui, portanto, estratégia para promover processos educativos mais reflexivos e participativos. Já no Brasil, Maricato (2002; 2007) evidencia que grande parte da população se encontra historicamente excluída dos debates sobre planejamento urbano e direito à cidade. Conceitos relacionados ao zoneamento, à especulação imobiliária, à mobilidade urbana e à função social da propriedade permanecem restritos aos campos técnico e jurídico, dificultando a participação popular nos processos decisórios sobre a cidade. Dessa forma, a democratização do conhecimento urbanístico torna-se condição fundamental para ampliar a participação cidadã e fortalecer práticas de controle social sobre as políticas urbanas.

É nesse horizonte que emerge a noção de alfabetização urbanística, entendida como processo educativo voltado à compreensão crítica da produção do espaço urbano. Tal perspectiva possibilita aos estudantes interpretar os mecanismos econômicos, políticos e ideológicos que estruturam a cidade contemporânea, desenvolvendo capacidades e habilidades analíticas relacionadas às desigualdades territoriais, à segregação socioespacial e às formas de

mercantilização do urbano. Por exemplo, a discussão sobre o direito à cidade assume, assim, relevante dimensão educativa. Inspirado em Lefebvre (2001), esse conceito ultrapassa a garantia formal de acesso à infraestrutura urbana, correspondendo ao direito de participar da produção, da gestão e da transformação da cidade. Ensinar urbanização crítica no Ensino Médio significa, portanto, contribuir para a formação de sujeitos aptos à compreensão da cidade como espaço político e historicamente disputado, e não como realidade neutra/natural.

Nesse contexto, a problematização da ideologia da “Cidade Verde” adquire pertinência pedagógica central. Ao analisar os discursos oficiais sobre sustentabilidade, planejamento e qualidade de vida, os estudantes podem compreender que as representações urbanas possuem dimensões político-ideológicas vinculadas às estratégias de valorização territorial e reprodução das desigualdades. A educação crítica permite, diante disso, desnaturalizar imagens urbanas hegemônicas e desenvolver formas mais reflexivas de interpretação da realidade. Desse modo, a educação socioambiental crítica contribui para fortalecer práticas pedagógicas comprometidas com cidadania, justiça ambiental e democratização do espaço urbano.

### **3. PERCURSO METODOLÓGICO**

A construção metodológica empregada na pesquisa da qual resulta este artigo foi organizada de modo a articular investigação científica, intervenção pedagógica e elaboração de produto educacional, estabelecendo uma relação dialética entre pesquisa e prática educativa. Sendo assim, a pesquisa partiu da problematização do discurso hegemônico que projeta o município de Maringá/PR como

“Cidade Verde”, representação amplamente difundida pelo marketing urbano institucional, pelos meios de comunicação e por agentes ligados ao mercado imobiliário. Considerou-se, inclusive, que tais discursos ocultam desigualdades socioespaciais, processos de segregação urbana e contradições inerentes à urbanização capitalista. Deste modo, o percurso metodológico buscou analisar essas representações e, por conseguinte, transformá-las em objeto de reflexão pedagógica no contexto da educação básica.

Para isso, realizou-se procedimentos investigativos e didáticos, compreendidos em: (i) revisão bibliográfica, (ii) pesquisa documental, (iii) análise de materiais publicitários e (iv) intervenção pedagógica mediante aplicação de uma sequência didática. Essa estrutura permitiu integrar produção teórica e prática educativa, concebendo o produto educacional como desdobramento analítico da própria pesquisa (Silva, 2025). Além disso, o percurso metodológico adotou uma perspectiva crítico-interdisciplinar, aproximando Ciências Ambientais, Geografia, Sociologia e Pedagogia Histórico-Crítica.

### **3.1. Natureza da Pesquisa**

A investigação caracterizou-se como uma pesquisa qualitativa, aplicada, bibliográfica, documental e de intervenção pedagógica. A opção pela abordagem qualitativa decorreu da necessidade de compreender os significados, discursos, percepções e representações sociais vinculadas à produção espacial urbana e às ideologias que estruturam o imaginário da “Cidade Verde”. Para Fontana e Torrente (2021), a pesquisa qualitativa possibilita apreender elementos simbólicos, culturais e ideológicos presentes

nas práticas sociais e nos discursos institucionalizados, permitindo analisar as múltiplas dimensões da realidade social.

No âmbito de sua finalidade, trata-se de uma pesquisa aplicada, uma vez que buscou produzir conhecimentos voltados à resolução de problemas concretos relacionados ao ensino das questões socioambientais urbanas na Educação Básica. Nesse sentido, os resultados da investigação subsidiaram a elaboração de um produto educacional voltado à formação crítica dos estudantes acerca da produção do espaço urbano maringense.

A pesquisa também assumiu caráter bibliográfico, tendo em vista a realização de levantamento e análise de obras, artigos científicos, dissertações e periódicos relacionados aos seguintes eixos temáticos: produção do espaço urbano, planejamento urbano, direito à cidade, marketing urbano, segregação socioespacial, sustentabilidade, ideologia e educação socioambiental crítica. O diálogo bibliográfico permitiu construir as bases conceituais que sustentaram tanto a investigação empírica quanto a elaboração da sequência didática.

Paralelamente, desenvolveu-se uma pesquisa documental centrada na análise de legislações, diretrizes urbanísticas e documentos institucionais relacionados à organização espacial urbana e às políticas ambientais. Foram examinados documentos como o Estatuto da Cidade (Brasil, 2001), a Constituição Federal (Brasil, 1988), a Agenda 2030 da ONU (ONU, 2015; 2017), o Plano Diretor de Maringá (Maringá, 2024b) e materiais institucionais vinculados ao planejamento urbano municipal (Maringá, 2020; 2024a; 2024c; 2025). A análise documental foi fundamental para compreender as contradições existentes entre os discursos oficiais de

sustentabilidade e as dinâmicas concretas de segregação socioespacial presentes no município.

Além dos documentos normativos, também foram analisadas peças publicitárias, materiais midiáticos e campanhas institucionais que difundem representações idealizadas de Maringá/PR enquanto “Cidade Verde”, “Cidade Inteligente” e “melhor cidade para viver”. A análise desses materiais permitiu identificar mecanismos ideológicos de naturalização das desigualdades urbanas e de legitimação do empreendedorismo urbano, sobretudo mediante estratégias de marketing territorial e valorização imobiliária. Por fim, a pesquisa configurou-se como uma intervenção pedagógica, afinal, envolveu a aplicação prática de uma sequência didática junto a estudantes do ensino médio. Essa intervenção aproximou investigação e prática educativa, permitindo avaliar as potencialidades da educação socioambiental crítica para a formação de sujeitos capazes de problematizar os discursos hegemônicos sobre a cidade e compreender criticamente as contradições da urbanização contemporânea.

### **3.2. Contexto de Aplicação**

A intervenção pedagógica foi realizada no Instituto de Educação Estadual de Maringá (IEEM), instituição pública localizada na região central do município de Maringá, no Estado do Paraná. A escolha da escola esteve relacionada tanto à sua relevância histórica no cenário educacional paranaense quanto à diversidade social e territorial de seu corpo discente. Por localizar-se em área central, o IEEM recebe estudantes provenientes de diferentes bairros da cidade, bem como de distritos e municípios adjacentes. Essa diversidade socioeconômica mostrou-se relevante à pesquisa, pois possibilitou o

contato com distintas experiências urbanas e diferentes percepções acerca das desigualdades socioambientais existentes no município.

A aplicação ocorreu junto a uma turma do 2º ano do Ensino Médio, composta por aproximadamente quarenta estudantes com média etária de dezesseis anos. A escolha dessa etapa escolar considerou a possibilidade de desenvolvimento de reflexões mais complexas acerca das questões urbanas, ambientais e sociais, notadamente em articulação com conteúdos das áreas de Ciências Humanas e Ciências Ambientais.

O contexto de aplicação evidenciou que grande parte dos estudantes reproduzia discursos naturalizados sobre Maringá/PR, frequentemente associados à imagem de cidade arborizada, organizada e ambientalmente sustentável. Em muitos casos, predominava uma compreensão limitada das questões ambientais, reduzidas aos aspectos naturais e paisagísticos, sem articulação com elementos políticos, econômicos e sociais (Silva, 2026).

Nesse cenário, a intervenção pedagógica promoveu a problematização crítica dessas concepções, incentivando os estudantes a refletirem sobre segregação socioespacial, especulação imobiliária, planejamento urbano, direito à cidade e desigualdades ambientais. A diversidade de trajetórias urbanas presentes na turma favoreceu debates, permitindo que os próprios estudantes relacionassem os conteúdos trabalhados às experiências vivenciadas em seus bairros e comunidades. Também foram consideradas as condições materiais e pedagógicas da instituição, principalmente no que se refere à disponibilidade de recursos audiovisuais, acesso à internet, espaços para debates coletivos e realização de atividades

externas, como a pesquisa de campo no Parque do Ingá (localizado há 5 quadras da instituição partícipe).

### **3.3. Construção do Produto Educacional**

O produto educacional elaborado consistiu em uma sequência didática voltada ao ensino das questões socioambientais urbanas a partir da problematização crítica da produção espacial de Maringá/PR. Sua construção fundamentou-se nos resultados obtidos durante a investigação bibliográfica, documental e empírica, articulando referenciais das Ciências Ambientais, Geografia crítica, Sociologia Urbana, Educação Ambiental Crítica e Pedagogia Histórico-crítica. Deste modo, este processo partiu do entendimento de que o ensino das questões ambientais não pode restringir-se a abordagens naturalistas ou conservacionistas desarticuladas das relações sociais. Em consonância com Leff (2011), buscou-se adotar uma perspectiva socioambiental capaz de compreender o ambiente como resultado da interação entre fatores naturais, culturais, econômicos, científicos e políticos.

Os objetivos pedagógicos da sequência didática concentraram-se em: (i) problematizar o discurso ideológico da “Cidade Verde”; (ii) ampliar a compreensão dos estudantes acerca da produção social do espaço urbano; (iii) desenvolver a leitura crítica das desigualdades socioambientais; estimular a participação cidadã; e (iv) fortalecer processos de alfabetização urbanística e consciência socioambiental crítica. A organização do produto ocorreu em etapas articuladas e progressivas, estruturadas a partir de questões norteadoras que buscavam mobilizar os conhecimentos prévios dos estudantes e promover a construção gradual de conceitos mais complexos. A sequência contemplou discussões sobre urbanismo, segregação

socioespacial, direito à cidade, marketing urbano, racismo ambiental, planejamento urbano e sustentabilidade socioambiental. E, do ponto de vista metodológico, a sua construção apoiou-se nos princípios das metodologias ativas e da educação dialógica. Inspirada em Zabala (1998), Freire (1987; 1996) e Gasparin (2005), a proposta buscou romper com práticas pedagógicas centradas na transmissão mecânica de conteúdos, valorizando o protagonismo estudantil, a problematização da realidade concreta e a articulação entre teoria e prática.

A interdisciplinaridade constituiu elemento central na elaboração da sequência didática, articulando Ciências Ambientais, Geografia, Sociologia, História, Artes e Educação Ambiental. Essa perspectiva permitiu abarcar a cidade como fenômeno complexo e multidimensional, superando abordagens fragmentadas do espaço urbano e das questões ambientais. Além disso, a construção do produto educacional foi fortemente influenciada pela análise crítica das peças publicitárias e materiais institucionais relacionados ao marketing urbano maringense. Esses materiais passaram a compor instrumentos pedagógicos de leitura crítica da cidade, permitindo que os estudantes identificassem mecanismos ideológicos presentes nos discursos sobre sustentabilidade, modernização e qualidade de vida.

### **3.4. Estrutura da Sequência Didática**

A sequência didática foi organizada em sete momentos pedagógicos articulados entre si, estruturados a partir de problematizações progressivas acerca das dinâmicas urbanas, ambientais e sociais presentes em Maringá/PR. Sua organização buscou favorecer o desenvolvimento gradual da reflexão crítica dos

estudantes sobre a produção do espaço urbano e os discursos ideológicos relacionados à sustentabilidade.

As atividades envolveram aulas expositivas dialogadas, debates, leitura e análise crítica de imagens, interpretação de materiais publicitários, análise de mapas urbanos, produção textual, questionários diagnósticos, cartografias sociais e pesquisa de campo. A diversidade de estratégias pedagógicas visou ampliar o engajamento dos estudantes e estimular múltiplas formas de leitura e interpretação da realidade urbana.

Deste modo, a primeira etapa concentrou-se na problematização das desigualdades urbanas e na compreensão de que a cidade é produzida socialmente por diferentes agentes, como o Estado, o mercado imobiliário e a população. Posteriormente, discutiram-se conceitos relacionados ao urbanismo, segregação socioespacial, racismo ambiental e planejamento urbano. Em seguida, foram introduzidas reflexões sobre direito à cidade, função social da propriedade, Estatuto da Cidade e participação popular, articulando os conteúdos às experiências concretas vivenciadas pelos estudantes em seus territórios de moradia.

A sequência avançou para a análise crítica do marketing urbano maringaense, notadamente dos discursos associados à imagem de “Cidade Verde”, evidenciando suas relações com especulação imobiliária, valorização territorial e desigualdades socioambientais. Também foram discutidas as contradições históricas da urbanização brasileira, articulando-as aos limites da democratização urbana. A pesquisa de campo realizada no Parque do Ingá constituiu etapa importante da sequência didática, permitindo aos estudantes observar *in loco* as relações entre preservação ambiental, valorização

imobiliária, equipamentos urbanos e uso social do espaço público. Por fim, a etapa avaliativa buscou identificar mudanças nas percepções dos estudantes acerca das questões urbanas e socioambientais, mediante aplicação de questionários finais, debates e produções discentes. Mais diretamente, é possível entrar em contato com o produto educacional mediante acesso ao OER Commons (linkado em Silva, 2025); aqui, observa-se sua estruturação de forma mais sistematizada através do *Quadro 1*.

**Quadro 1** – Estrutura analítica da sequência didática aplicada no produto educacional.

<b>ETAPA / AULA</b>	<b>QUESTÃO NORTEAD ORA E TEMÁTICA CENTRAL</b>	<b>OBJETIVOS FORMATIVOS E PROBLEMATI ZAÇÕES CRÍTICAS</b>	<b>ESTRATÉGIA S PEDAGÓGIC AS E RECURSOS METODOLÓ GICOS</b>	<b>CONCEITOS E CATEGORIA S TRABALHA DAS</b>
<b>AULA 1</b>	<p><b>Problemas urbanos: qual é o meu envolvimento?</b></p> <p>Temática: desigualdades urbanas e produção do espaço</p>	<p>Introduzir os estudantes à compreensão de que as desigualdades urbanas não são naturais, mas resultantes de decisões políticas, econômicas e sociais.</p> <p>Problematizar o papel do Estado, do mercado e da população na produção do</p>	<p>Debate inicial; levantamento de conhecimentos prévios; problematização do cotidiano urbano; comparação entre bairros de Maringá; análise das diferenças de infraestrutura, arborização, mobilidade e equipament</p>	<p>Classes sociais; capital; alienação; desigualdade urbana; produção do espaço; planejamento urbano; segregação socioespacial; direito à cidade.</p>

		<p>espaço urbano e estimular a percepção dos alunos enquanto sujeitos produtores da cidade e participantes do direito à cidade.</p>	<p>os públicos; aula dialogada inspirada na pedagogia crítica.</p>	
<p><b>AULA 2</b></p>	<p><b>O que é urbanismo ?</b>          Temática: urbanismo, segregação e racismo ambiental</p>	<p>Demonstrar que o crescimento das cidades é historicament e planejado e permeado por interesses e conflitos.          Discutir como o urbanismo pode atuar tanto como instrumento de organização quanto de segregação social.          Introduzir a noção de racismo ambiental e injustiça socioambient al no contexto urbano brasileiro e maringaense.</p>	<p>Leitura crítica de imagens; análise de reportagens e mapas urbanos; discussão coletiva; problematiza ção histórica dos modelos urbanísticos; análise de casos de segregação urbana e ecorracismo em Maringá.</p>	<p>Urbanismo; zoneamento ; segregação socioespacia l; racismo ambiental; injustiça ambiental; planejamen to urbano; exclusão social; urbanização brasileira.</p>

<p><b>AULA 3</b></p>	<p><b>Estou incluído na cidade?</b>          Temática: direito à cidade e cidadania crítica</p>	<p>Desenvolver a compreensão de que o direito à cidade ultrapassa a lógica mercantil da urbanização. Estimular a percepção da cidade enquanto espaço coletivo, político e democrático. Apresentar os principais marcos legais relacionados à cidadania urbana e à função social da cidade e da propriedade.</p>	<p>Discussão de textos e marcos legais; reflexões sobre problemas socioambientais dos bairros; debates sobre participação popular; produção reflexiva e articulação entre teoria e cotidiano dos estudantes.</p>	<p>Direito à cidade; cidadania; função social da propriedade; Estatuto da Cidade; Plano Diretor; Constituição Federal; participação popular; movimentos sociais.</p>
<p><b>AULA 4</b></p>	<p><b>Maringá é uma cidade verde para todos?</b>          Temática: marketing urbano e ideologia da “Cidade Verde”</p>	<p>Problematizar criticamente o discurso de sustentabilidade associado à imagem de Maringá. Demonstrar como o marketing urbano transforma a cidade em mercadoria simbólica e</p>	<p>Análise crítica de peças publicitárias, slogans e materiais midiáticos; debate sobre urbanização brasileira; discussão sobre especulação imobiliária e cidades-</p>	<p>Marketing urbano; ideologia; cidade-mercadoria; especulação imobiliária; sustentabilidade; gentrificação; urbanização desigual; cidade verde.</p>

		contribui para a valorização imobiliária, a especulação fundiária e a exclusão socioespacial.	mercadoria; interpretação crítica de discursos institucionais	
<b>AULA 5</b>	<p><b>Por que, mesmo com leis urbanas avançadas, o Brasil ainda não garante o direito à cidade?</b></p> <p>Temática: contradições da urbanização brasileira</p>	<p>Analisar criticamente a formação histórica e social brasileira e suas implicações na urbanização contemporânea. Discutir as contradições entre legislação urbana, desigualdade social e interesses mercadológicos. Refletir sobre os limites da democratização urbana no contexto neoliberal.</p>	<p>Aula dialogada; debates críticos; contextualização histórica; problematização do patrimonialismo, clientelismo e empreendedorismo urbano; articulação entre escalas locais e globais.</p>	<p>Urbanização brasileira; neoliberalismo; empreendedorismo urbano; patrimonialismo; clientelismo; Estatuto da Cidade; democratização urbana; desigualdade e estrutural.</p>
<b>AULA 6</b>	<p><b>O Parque do Ingá apresenta condições socioambientais compatíveis com o</b></p>	<p>Desenvolver uma leitura crítica do espaço urbano por meio da observação direta da</p>	<p>Pesquisa de campo; observação participante; registros fotográficos e escritos; análise do</p>	<p>Questões socioambientais; espaço urbano; planejamento ambiental;</p>

	<p><b>discurso da “Cidade Verde”?</b></p> <p>Temática: pesquisa de campo e análise socioambiental</p>	<p>realidade. Superar a visão naturalizada do parque enquanto simples espaço ecológico, analisando suas relações com políticas públicas, turismo, mercado imobiliário e desigualdades socioambientais.</p>	<p>Plano de Manejo do Parque do Ingá; identificação de usos sociais, equipamentos urbanos e dinâmicas imobiliárias do entorno.</p>	<p>desigualdade e socioambiental; gestão urbana; mercantilização da natureza; sustentabilidade urbana.</p>
<p><b>AULA 7</b></p>	<p><b>Avaliação e sistematização dos resultados</b></p> <p>Temática: formação crítica e síntese reflexiva</p>	<p>Avaliar as mudanças de percepção dos estudantes sobre urbanização, sustentabilidade e direito à cidade. Identificar avanços na construção da consciência crítica e na capacidade de articulação entre teoria e realidade urbana. Sistematizar os resultados</p>	<p>Aplicação de questionário final via Google Forms; autoavaliação; avaliação formativa; debates coletivos; análise comparativa entre questionário diagnóstico e avaliação final; produções discentes reflexivas.</p>	<p>Consciência crítica; participação cidadã; urbanização; ideologia; sustentabilidade socioambiental; leitura crítica da cidade; protagonismo estudantil.</p>

		pedagógicos da intervenção.		
--	--	-----------------------------------	--	--

**Legenda:** a sequência didática estruturou-se a partir de uma perspectiva interdisciplinar, articulando as Ciências Ambientais, Geografia, Sociologia, Urbanismo e Pedagogia crítica. As atividades promoveram a alfabetização urbanística e socioambiental dos estudantes, estimulando a compreensão crítica das desigualdades urbanas, da produção do espaço e do direito à cidade.

**Fonte:** elaborado pela autora (2026), com base na aplicação do produto educacional junto ao Instituto de Educação Estadual de Maringá/PR (IEEM).

### **3.5. Instrumentos de Análise**

Os instrumentos utilizados apreenderam tanto as percepções iniciais dos estudantes quanto as suas transformações produzidas ao longo da intervenção pedagógica. Para isso, foram empregados questionários diagnósticos, observação participante, análise das produções discentes e análise qualitativa de conteúdo. Sendo assim, questionário diagnóstico – aplicado no início da sequência didática –, identificou as concepções prévias dos estudantes acerca das questões ambientais, do planejamento urbano e da imagem de Maringá/PR como “Cidade Verde”. As respostas revelaram predominância de perspectivas naturalistas sobre meio ambiente, frequentemente associadas exclusivamente à arborização e à estética urbana. Ao término da intervenção, aplicou-se um questionário avaliativo, estruturado em três dimensões: autoavaliação, avaliação formativa e questões de conteúdo. Esse instrumento verificou mudanças na compreensão dos estudantes

acerca das relações entre urbanização, desigualdade socioespacial, ideologia e sustentabilidade.

A observação participante também constituiu instrumento metodológico, possibilitando registrar interações, debates, dificuldades conceituais, posicionamentos críticos e formas de participação dos estudantes durante as atividades desenvolvidas. Por sua vez, as produções discentes – textos reflexivos, debates, respostas discursivas e registros da pesquisa de campo – foram analisadas, permitindo identificar processos de ampliação conceitual e desenvolvimento da leitura crítica da cidade. Para interpretação dos dados, adotou-se a análise de conteúdo proposta por Laurence Bardin (2001), sobretudo no que se refere à identificação de categorias temáticas, recorrências discursivas e sentidos atribuídos pelos estudantes às questões urbanas e socioambientais. Essa metodologia possibilitou sistematizar qualitativamente os dados obtidos e compreender as mudanças de percepção ocorridas durante a intervenção pedagógica.

A partir desse conjunto de instrumentos, tornou-se possível analisar (i) a aprendizagem conceitual dos estudantes e (ii) os processos de conscientização crítica relacionados à produção do espaço urbano, às desigualdades socioambientais e ao direito à cidade.

#### **4. PRODUTO EDUCACIONAL, RESULTADOS PEDAGÓGICOS E DISCUSSÕES: UMA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO SOCIOAMBIENTAL CRÍTICA**

O produto educacional elaborado é uma proposta de educação socioambiental crítica voltada à problematização da produção do espaço urbano e das contradições relacionadas ao discurso da

sustentabilidade em Maringá/PR. O material foi concebido como uma tecnologia educacional comprometida com a formação de sujeitos capazes de interpretar os processos urbanos, os mecanismos ideológicos presentes no planejamento das cidades e as desigualdades socioespaciais ocultadas pelo marketing urbano. A proposta fundamenta-se na compreensão das questões socioambientais enquanto fenômenos atravessados por relações de poder, disputas econômicas, interesses políticos e processos de segregação espacial, compreendendo a cidade como expressão concreta das contradições da produção capitalista do espaço urbano.

A construção do produto educacional resultou das reflexões teóricas e empíricas desenvolvidas ao longo da pesquisa, notadamente das análises sobre planejamento urbano, marketing urbano, especulação imobiliária, segregação socioespacial e produção ideológica da imagem de Maringá/PR como “Cidade Verde”. A partir dessas discussões, elaborou-se uma sequência didática interdisciplinar destinada ao Ensino Médio, fundamentada nas contribuições teóricas de Lefebvre, Paulo Freire, Leff, Maricato e Vainer, articulando Ciências Ambientais, Ciências Humanas e Educação Crítica em uma perspectiva de alfabetização urbanística.

A intervenção pedagógica foi aplicada junto a estudantes do 2º ano do Ensino Médio do Instituto de Educação Estadual de Maringá (IEEM), envolvendo aproximadamente quarenta estudantes oriundos de diferentes regiões da cidade e municípios vizinhos. A proposta estruturou-se em sete etapas articuladas, envolvendo aulas dialogadas, debates coletivos, análise crítica de peças publicitárias, leitura de documentos legais, produção textual, cartografias sociais e pesquisa de campo. As atividades buscaram ampliar a capacidade

analítica dos estudantes acerca das dinâmicas urbanas e socioambientais, abordando temas como urbanismo, segregação socioespacial, racismo ambiental, direito à cidade, planejamento urbano, ideologia, marketing urbano e sustentabilidade socioambiental.

O principal objetivo da proposta consistiu em promover a compreensão crítica da produção social do espaço urbano, problematizando os discursos ideológicos associados à imagem de “Cidade Verde” e estimulando reflexões acerca das desigualdades socioambientais presentes na cidade. Paralelamente, buscou-se fortalecer o protagonismo estudantil, ampliar os processos de participação cidadã e contribuir para a formação de sujeitos conscientes das disputas políticas e econômicas que permeiam o planejamento urbano.

A interdisciplinaridade constituiu um dos eixos centrais do produto, permitindo integrar conteúdos de Geografia, Sociologia, História, Ciências Ambientais e Educação Ambiental Crítica. Essa articulação mostrou-se necessária para superar fragmentações curriculares e compreender as questões socioambientais como expressões complexas da totalidade social.

A perspectiva da alfabetização urbanística assumiu papel central na proposta pedagógica. Compreendida como processo de formação crítica voltado à leitura da cidade e das dinâmicas de produção do espaço urbano, essa abordagem buscou ampliar a capacidade dos estudantes de interpretar criticamente as formas de organização da cidade, reconhecendo as relações entre planejamento urbano, desigualdades territoriais, segregação espacial e interesses econômicos. Nesse horizonte, o ensino das Ciências Ambientais

passou a incorporar discussões sobre direito à cidade, função social da propriedade, planejamento urbano, participação popular e justiça socioambiental, deslocando-se de perspectivas exclusivamente conservacionistas.

A abordagem de marcos legais como a Constituição Federal, o Estatuto da Cidade, o Estatuto da Terra e o Plano Diretor permitiu aos estudantes compreender que as condições ambientais urbanas não são distribuídas de maneira homogênea entre os diferentes grupos sociais. As discussões evidenciaram que o acesso à arborização, aos equipamentos urbanos, ao transporte público e às áreas de lazer é profundamente marcado pelas desigualdades socioeconômicas e pelos mecanismos de valorização capitalista do território.

Ao problematizar a ideologia da “Cidade Verde”, a sequência didática demonstrou como determinados discursos urbanísticos podem ocultar processos de exclusão e valorização desigual do espaço urbano. Elementos repetidamente apresentados como símbolos de sustentabilidade – parques urbanos, arborização e empreendimentos ecológicos – passaram a ser analisados criticamente enquanto componentes articulados à especulação imobiliária, à mercantilização da cidade e à elitização de determinadas áreas urbanas.

A aplicação da sequência didática possibilitou observar transformações significativas nas formas pelas quais os estudantes passaram a interpretar a realidade urbana maringense. Os questionários diagnósticos iniciais revelaram que a maioria possuía uma concepção fortemente naturalista acerca do meio ambiente, associando as questões ambientais quase exclusivamente à

natureza, à preservação florestal e à arborização. A imagem de Maringá/PR enquanto “Cidade Verde” aparecia profundamente vinculada à estética urbanística, aos parques ecológicos e à ideia de organização urbana harmoniosa, reproduzindo de maneira acrítica os discursos oficiais e midiáticos disseminados sobre a cidade. Ao longo da intervenção pedagógica, entretanto, verificou-se um processo progressivo de desnaturalização dessas percepções. As discussões realizadas em sala, associadas à análise crítica de peças publicitárias, aos debates sobre urbanização e à pesquisa de campo, permitiram aos estudantes reconhecer a cidade como espaço de disputas, interesses econômicos e profundas contradições sociais. Muitos passaram a compreender que as desigualdades urbanas não decorrem do acaso ou de diferenças individuais: elas resultam de decisões políticas, econômicas e históricas vinculadas à atuação do Estado, do mercado imobiliário e da lógica de valorização capitalista do solo urbano.

A discussão sobre segregação socioespacial mostrou-se relevante nesse processo. Os estudantes passaram a perceber que determinadas regiões periféricas da cidade apresentam condições urbanas significativamente distintas das áreas centrais, sobretudo em relação ao acesso a áreas verdes, equipamentos públicos, infraestrutura e mobilidade urbana. Essa percepção rompeu com a imagem homogênea e harmoniosa da cidade anteriormente reproduzida pelos alunos. Outro aspecto foi a ampliação da compreensão acerca da especulação imobiliária e do marketing urbano. A análise de empreendimentos imobiliários e materiais publicitários identificou como o discurso ecológico opera como mecanismo de valorização econômica do espaço urbano. A noção de “Cidade Verde”, nesse contexto, passou a ser percebida como símbolo ambiental e como estratégia mercadológica vinculada à

lógica de acumulação capitalista e à elitização do território. Um dos resultados mais expressivos da intervenção consistiu, justamente, na ampliação do conceito de meio ambiente mobilizado pelos estudantes. Inicialmente restrita aos aspectos naturais e ecológicos, a noção passou a incorporar dimensões sociais, econômicas, políticas, culturais e urbanísticas. Os estudantes passaram a relacionar os problemas ambientais às formas de ocupação do espaço urbano, às desigualdades sociais, às políticas públicas e às dinâmicas econômicas que orientam a produção da cidade.

A abordagem interdisciplinar foi decisiva para essa ampliação conceitual, permitindo evidenciar que as questões ambientais não podem ser dissociadas das relações sociais que estruturam a cidade. Nesse sentido, o ambiente urbano passou a ser compreendido como totalidade complexa permeada por interesses econômicos, disputas políticas, processos culturais e relações de poder. As discussões sobre racismo ambiental e segregação socioespacial contribuíram para esse deslocamento analítico. Os estudantes passaram a reconhecer que os impactos ambientais atingem de maneira desigual diferentes grupos sociais, sobretudo aqueles historicamente marginalizados e residentes em áreas periféricas. Nesse sentido, a sustentabilidade deixou de aparecer como noção abstrata e universal, passando a ser associada à justiça social e ao acesso democrático aos recursos urbanos.

Os resultados da sequência didática também indicaram avanços no processo de formação cidadã dos estudantes. Inicialmente, predominava uma percepção passiva acerca da gestão da cidade, entendida como responsabilidade exclusiva do poder público. Ao longo das atividades, contudo, os alunos passaram a reconhecer a cidade como espaço político e coletivo, no qual diferentes grupos

sociais disputam projetos, interesses e formas de apropriação territorial. A compreensão do direito à cidade foi central nesse processo. Os estudantes passaram a reconhecer que o acesso à cidade não se restringe à circulação física pelo espaço urbano, ela envolve também o direito à moradia digna, ao transporte público, ao lazer, à infraestrutura urbana e à participação política. Tal deslocamento contribuiu para fortalecer uma visão mais ampla da cidadania, articulada às condições concretas de produção e reprodução da vida urbana.

Embora a experiência tenha revelado potencialidades pedagógicas, também evidenciou limites e desafios significativos. Entre os principais obstáculos identificados destacam-se o tempo pedagógico reduzido, a fragmentação curricular e a complexidade conceitual de dadas categorias mobilizadas, como ideologia, segregação socioespacial, especulação imobiliária e direito à cidade. Observou-se ainda resistência ideológica por parte de alguns estudantes diante de conteúdos relacionados à crítica ao modelo capitalista de urbanização e à função social da propriedade. Apesar desses limites, a experiência demonstrou que a escola é um espaço privilegiado para o desenvolvimento de práticas pedagógicas voltadas à problematização crítica das desigualdades urbanas e das questões socioambientais. A sequência didática tem potencial para fortalecer processos de conscientização socioambiental, alfabetização urbanística e formação cidadã, principalmente ao estimular os estudantes a reconhecerem-se como sujeitos históricos implicados na produção e transformação do espaço urbano. Por fim, o produto educacional foi disponibilizado em repositório educacional aberto, OER Commons, ampliando seu alcance e permitindo sua replicação e adaptação em diferentes contextos escolares.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa objetivou analisar a produção espacial de Maringá/PR, com ênfase na construção ideológica do discurso da “Cidade Verde” e em suas implicações socioambientais, urbanísticas, políticas e pedagógicas. A partir da articulação entre Ciências Ambientais, Ciências Humanas e Educação crítica, buscou-se compreender de que maneira a imagem de cidade sustentável, moderna e ambientalmente equilibrada, largamente difundida pelo poder público, pelo mercado imobiliário e pelos meios de comunicação, constitui (i) uma representação simbólica do espaço urbano e (ii) um instrumento político e econômico vinculado às dinâmicas contemporâneas do urbanismo neoliberal e da mercantilização da cidade.

Ao longo da investigação, demonstrou-se que a ideologia da “Cidade Verde” opera em duas dimensões complementares: por um lado, fundamenta-se em elementos concretos da paisagem urbana maringaense, como a arborização, os parques urbanos e determinados indicadores ambientais; por outro, atua como mecanismo ideológico de produção de consensos e ocultamento das profundas desigualdades socioespaciais que estruturam a cidade. Nesse sentido, verificou-se que os discursos hegemônicos sobre sustentabilidade tendem a despolitizar a questão ambiental, dissociando-a das relações de classe, da segregação socioespacial, da valorização fundiária e das contradições inerentes à urbanização capitalista.

A análise evidenciou que o acesso às condições urbanas e ambientais ocorre de maneira desigual entre os diferentes grupos sociais. Enquanto áreas valorizadas concentram infraestrutura,

equipamentos urbanos, mobilidade, arborização e investimentos públicos, parcelas da população permanecem submetidas à precarização territorial, à insuficiência de políticas públicas e aos efeitos da segregação socioespacial. Dessa forma, a pesquisa permitiu compreender que a sustentabilidade urbana, quando apropriada pela lógica do *city marketing* e do empreendedorismo, tende a converter-se em mercadoria simbólica e ativo econômico, reiteradamente subordinada aos interesses do capital imobiliário e financeiro.

Ao problematizar tais aspectos, o estudo buscou superar abordagens naturalistas, conservacionistas e reducionistas das Ciências Ambientais, tradicionalmente centradas nos elementos físicos ou ecológicos da paisagem. Defendeu-se, ao longo da pesquisa, que as questões ambientais precisam ser compreendidas como demandas socioambientais, atravessadas por relações econômicas, políticas, históricas, culturais e ideológicas. Desta maneira, a cidade foi concebida como produto histórico das relações sociais e espaço de disputas, conflitos e interesses contraditórios, e não como cenário neutro ou simples resultado do planejamento técnico-administrativo. E, sob essa perspectiva, a investigação reafirma a importância das Ciências Humanas no interior das Ciências Ambientais, demonstrando que fenômenos como segregação socioespacial, especulação imobiliária, planejamento urbano, gentrificação e marketing territorial não podem ser dissociados das discussões sobre sustentabilidade. Compreender a produção do espaço urbano mostrou-se condição fundamental para interpretar as desigualdades socioambientais contemporâneas e problematizar os mecanismos ideológicos que naturalizam a exclusão urbana. Nesse horizonte, a pesquisa reforça a necessidade de abordagens interdisciplinares capazes de articular Geografia,

Sociologia, Urbanismo, Educação e Ciências Ambientais, favorecendo análises mais amplas, críticas e totalizantes da realidade urbana.

No plano teórico, o estudo contribui para o aprofundamento das discussões acerca das relações entre ideologia, sustentabilidade, empreendedorismo urbano, marketing territorial e direito à cidade. A investigação evidenciou que os discursos ambientais contemporâneos podem ser apropriados pela racionalidade neoliberal como instrumentos de legitimação política e valorização econômica do território. A cidade sustentável, nesse contexto, transforma-se frequentemente em imagem, marca e mercadoria, utilizada para fortalecer estratégias de competitividade urbana e atração de investimentos, ao mesmo tempo em que invisibiliza processos históricos de exclusão social e desigualdade territorial.

Além de suas contribuições teóricas, a pesquisa apresentou importante dimensão pedagógica ao propor e analisar uma sequência didática voltada à alfabetização urbanística e à educação socioambiental crítica no Ensino Médio. A elaboração e aplicação do produto educacional demonstraram a viabilidade de inserir, na Educação Básica, debates críticos acerca da urbanização, do planejamento urbano, do direito à cidade, da ideologia e das desigualdades socioambientais. Mais do que transmitir conteúdos, a proposta pedagógica buscou fortalecer processos de conscientização crítica e formação cidadã, reconhecendo os estudantes como sujeitos capazes de interpretar, problematizar e transformar a realidade em que vivem.

Os resultados pedagógicos obtidos evidenciaram avanços significativos na compreensão dos estudantes acerca das questões

urbanas e ambientais. Observou-se a ampliação do conceito de meio ambiente, inicialmente associado quase exclusivamente à natureza e à arborização, para uma compreensão mais abrangente, incorporando dimensões políticas, econômicas, sociais, culturais e urbanísticas. De igual modo, verificou-se o desenvolvimento de uma leitura mais crítica sobre segregação socioespacial, especulação imobiliária, desigualdade urbana e marketing urbano, permitindo aos estudantes reconhecerem que a cidade é produzida mediante disputas econômicas e relações de poder historicamente constituídas.

Nesse processo, destacou-se a relevância da educação crítica e emancipatória enquanto instrumento de formação cidadã. Inspirada em referenciais como Paulo Freire, Gasparin e Lefebvre, a proposta pedagógica compreendeu o Ensino das Ciências Ambientais como prática social comprometida com a conscientização, a problematização da realidade e a construção da autonomia intelectual dos sujeitos. A alfabetização urbanística revelou-se, nesse sentido, dimensão fundamental da formação cidadã contemporânea, principalmente em uma sociedade marcada pela intensificação da urbanização e das desigualdades territoriais.

A pesquisa também demonstrou que discutir a cidade no contexto escolar contribui para democratizar conhecimentos historicamente restritos aos campos técnico e jurídico, como Plano Diretor, Estatuto da Cidade, função social da propriedade e planejamento urbano. Possibilitar que os estudantes compreendam tais instrumentos significa ampliar as condições de participação cidadã e fortalecer processos de reivindicação do direito à cidade. Todavia, reconhece-se que a investigação apresenta limites. A pesquisa concentrou-se na realidade específica de Maringá/PR, o que impede generalizações

automáticas para outros contextos urbanos. Além disso, a aplicação da sequência didática ocorreu em uma única instituição escolar e em período pedagógico relativamente limitado, restringindo avaliações mais aprofundadas acerca dos impactos da proposta em longo prazo. Também se identificaram desafios relacionados às limitações estruturais da educação pública, à fragmentação curricular e às dificuldades conceituais inerentes às categorias críticas mobilizadas ao longo da intervenção.

Entretanto, tais limites não reduzem as potencialidades da pesquisa; ao contrário, indicam caminhos fecundos para futuras investigações. Estudos posteriores poderão ampliar a análise para outras cidades brasileiras marcadas por estratégias de marketing urbano e discursos de sustentabilidade, possibilitando comparações acerca das formas de urbanização neoliberal e de seus impactos socioambientais. Também se mostram necessárias investigações voltadas à ampliação das discussões sobre alfabetização urbanística, educação socioambiental crítica e formação política no Ensino Básico, bem como pesquisas relacionadas às transformações recentes do urbanismo contemporâneo e à crescente mercantilização da sustentabilidade.

Por fim, conclui-se que a compreensão crítica das questões socioambientais exige reconhecer que sustentabilidade não pode ser reduzida à existência de áreas verdes, à estética paisagística ou à construção de imagens urbanas ambientalmente positivas. Uma cidade sustentável pressupõe justiça social, democratização do acesso aos recursos urbanos, participação popular, efetivação de direitos e enfrentamento das desigualdades estruturais que organizam o espaço urbano. Nesse sentido, o ensino crítico das Ciências Ambientais possui potencial transformador ao incorporar

debates sobre cidade, urbanização, segregação socioespacial, ideologia, planejamento urbano e direito à cidade. Dessa forma, esta pesquisa reafirma que a educação socioambiental crítica e interdisciplinar constitui ferramenta fundamental para a formação de sujeitos capazes de compreender criticamente as contradições da urbanização contemporânea e participar ativamente da construção de cidades mais democráticas, inclusivas e socialmente justas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, Henry. Discursos da sustentabilidade urbana. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, n. 1, p. 79–90, 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.1999n1p79>. Acesso em: 14 maio 2025.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, 10 jul. 2001. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LEIS\\_2001/10257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/10257.htm). Acesso em: 2 jun. 2025.

FLEURY, Lorena; ALMEIDA, Jalcione; PREMEBIDA, Adriano. O ambiente como questão sociológica: conflitos ambientais em perspectiva. **Sociologias**, v. 16, n. 35, 2014. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/45984>. Acesso em: 13 ago. 2025.

FONTANA, Felipe; PEREIRA, Ana Carolina Torrente. Pesquisa documental. In: MAGALHÃES JÚNIOR, Carlos Alberto de Oliveira; BATISTA, M. C. (org.). **Metodologia da Pesquisa em Educação e Ensino de Ciências**. Maringá: Massoni, 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2005a.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2005b.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. 5. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1997.

LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LEFF, Enrique. Complexidade, interdisciplinaridade e saber ambiental. **Olhar de Professor**, v. 14, n. 2, 2011.

GASPARIN, João Luiz. **Uma didática para a pedagogia histórico-crítica**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

LÖWY, Michael. **Ideologias e ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2000.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 121–192.

MARICATO, Ermínia. Erradicar o analfabetismo urbanístico. **Revista da FASE**, 2002.

MARICATO, Ermínia; SANTOS JUNIOR, Orlando Alves. Construindo a Política Urbana: participação democrática e o direito à cidade. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (org.). **As Metrópoles e a Questão Social Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Revan; FASE, 2007.

MARINGÁ. **Legislação meio ambiente**. Instituto Ambiental de Maringá. Disponível em:

<http://www.maringa.pr.gov.br/meioambiente/?cod=legislacao>.

Acesso em: jun. 2024a.

MARINGÁ. **Plano de Manejo do Parque do Ingá**. Maringá: Prefeitura Municipal de Maringá, 2020.

MARINGÁ. **Plano Diretor Maringá (2020–2030)**: [Diretrizes para Implantação Urbana de Maringá – Projeto de Lei Regulador do Uso e Ocupação da Terra]. Maringá, 2024b.

MARINGÁ. **PlanMob Maringá**. Documentos. Disponível em: <http://www.mobilidademaringa.com.br/documentos>. Acesso em: 12 mar. 2025.

MARINGÁ. **Projeto de Lei n. 17.016/2024**. Institui o Programa Cidade Verde Resiliente no Município de Maringá. Maringá, PR, Câmara Municipal, 2024c. Disponível em:

<http://www3.maringa.pr.gov.br/sistema/arquivos/fc6255866a7d.pdf>.

Acesso em: 1 jun. 2025.

NETTO, José Paulo. Crise e Serviço Social. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 10-18, jan./jun. 2011.

ONU. **Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil**. ONU, 2017. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 7 jun. 2024.

ONU. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Nova York: ONU, 2015.

RODRIGUES, Ana Lúcia. **A pobreza mora ao lado: segregação socioespacial na Região Metropolitana de Maringá**. 2004. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004a.

RODRIGUES, Ana Lúcia. **Segregação socioespacial e planejamento urbano em Maringá – PR**. Maringá: Eduem, 2004b.

RODRIGUES, A. L.; SOUZA, P. R. Maringá: a ordem urbana na região metropolitana de Maringá: planejamento que produz segregação. In: RIBEIRO, L. C. de Q.; RIBEIRO, M. G. (org.). **Metrópoles brasileiras: síntese da transformação na ordem urbana 1980 a 2010**. Rio de Janeiro: Letra Capital/Observatório das Metrópoles, 2018.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica, Razão e Emoção**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2003.

SILVA, Andréia Santos Correia Almeida da. **Maringá-PR e o seu discurso de “Cidade Verde”: desconstruindo propagandas em**

**prol de uma prática mais sustentável mediada pelo ensino das ciências ambientais.** 2026. Dissertação (Mestrado em Ensino das Ciências Ambientais) – Programa de Pós-Graduação em Rede Nacional para Ensino das Ciências Ambientais (PROFCIAMB – Associada UEM), Centro de Ciências Exatas, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2026. Orientador: Prof. Dr. Felipe Fontana. Disponível em: <https://prh.uem.br/profciamb/publicacoes>. Acesso em: 13 maio 2026.

SILVA, Andréia Santos Correia Almeida da; FONTANA, Felipe. **Sequência didática: desconstruindo a ideologia de “Cidade Verde”: reflexões sobre o direito à cidade em Maringá/PR realizada entre os estudantes do ensino médio.** OER Commons. [S. l.]: OER Commons, 2025. Licença: Creative Commons Atribuição–Não Comercial–Sem Derivações. Acesso em: 13 maio 2026.

VAINER, Carlos B. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos.** 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa – como ensinar.** Porto Alegre: Artmed, 1998.

---

<sup>1</sup> Discente do Programa de Pós-Graduação em Rede Nacional para Ensino das Ciências Ambientais (PROFCIAMB-Associada UEM). E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

<sup>2</sup> Docente do Curso Superior de Serviço Social da Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná Campus Santa Cruz (DESES/UNICENTRO) e do Programa de Pós-Graduação em Rede

Nacional para Ensino das Ciências Ambientais (PROFCIAMB-  
Associada UEM). E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)